

Idiosincrasias

Em entrevista recente, um conhecido político afirmou que as duas últimas crises económicas enfrentadas pela Economia Portuguesa tiveram natureza muito diversa. Por um lado, a crise de 1993 terá sido provocada por factores de ordem externa: a queda do muro de Berlim, a unificação alemã e "a pior recessão que o Mundo conheceu desde a segunda Guerra Mundial" terão lançado a Economia Portuguesa numa recessão inevitável. Quanto à crise de 2003, essa terá sido motivada por erros de política económica interna (nas entrelinhas, a pesada herança da governação socialista). Sem mais. Sobre o 11 de Setembro, sobre o facto de as bolsas terem registado a mais longa queda desde os anos 30 ou sobre o facto de as três principais zonas económicas do Mundo terem estado em recessão simultânea, nem uma palavra. Cavaco Silva, no seu melhor...

Independentemente da omissão, o discurso levanta uma questão pertinente: será que a Economia Portuguesa está condenada a evoluir em sintonia cíclica com o resto do mundo? Em que medida a política económica interna pode ditar um comportamento divergente?

A figura anexa descreve a experiência passada. Os dados referem-se à evolução da conjuntura em Portugal e na Europa (UE 15) ao longo das últimas quatro décadas. As flutuações cíclicas são medidas pelo desvio do produto real relativamente a uma estimativa do produto potencial. É importante notar que a figura nada diz quanto ao movimento de longo prazo da economia, a que chamamos crescimento económico. Como é evidente, o crescimento económico e a convergência real não são imunes à política económica, boa ou má. Mas não é esse o assunto que tratamos aqui.

Observando a figura, duas conclusões se retiram: primeiro, que não houve expansão em Portugal nos últimos 40 anos que não tivesse sido precedida por uma expansão na Europa; segundo, que as tentativas de expansão da Economia Portuguesa a contra-ciclo se revelaram efémeras.

Outro dado importante é o facto de o coeficiente de correlação entre as duas séries aumentar ao longo do tempo, passando de 70% no período anterior à adesão à CEE para 92% no período pós-adesão. Isso significa que, se usássemos uma regressão, para prever a posição cíclica da Economia Portuguesa com base na informação disponível sobre a posição cíclica contemporânea da Economia Europeia ao longo do período 1986-2005, o poder explicativo do modelo seria da ordem dos 85%!

Estes resultados não constituem propriamente uma surpresa. Por um lado, reflectem a progressiva integração da Economia Portuguesa na União Europeia, com o conseqüente reforço dos canais de transmissão de choques reais. Por outro lado, é um facto que a margem de manobra da política económica interna em matéria de intervenção cíclica se tem vindo a reduzir progressivamente, nomeadamente, no quadro da transição para a União Económica e Monetária. A política monetária perdeu autonomia em 1992 e deixou de existir em 1999; as políticas fiscal e orçamental mantêm alguma independência mas, felizmente, estão enquadradas por compromissos internacionais; a influência do Estado na formação dos preços e dos salários é cada vez menor.

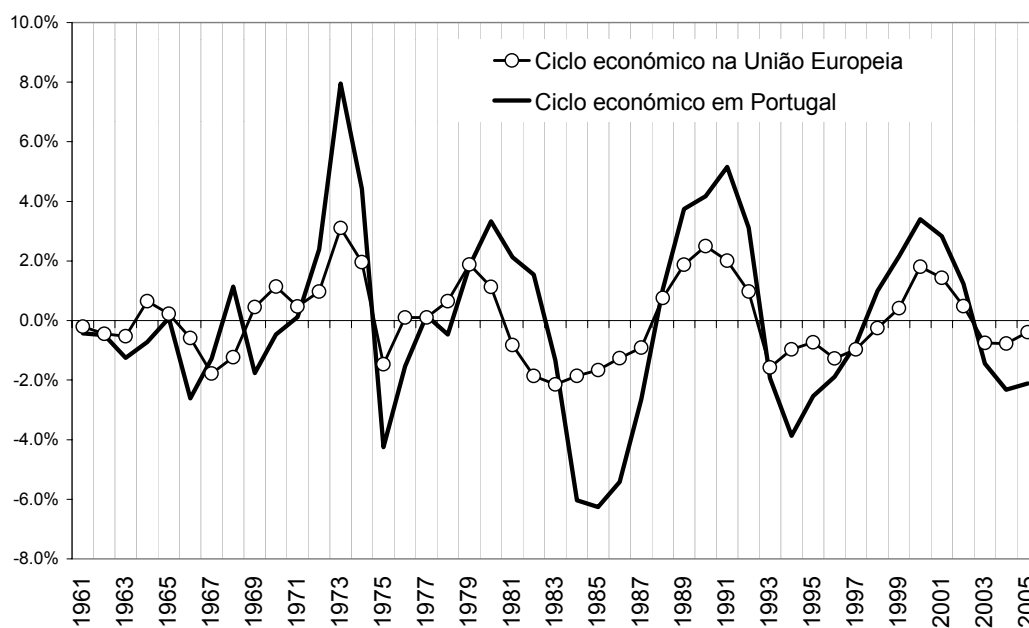
Isso não significa que não os nossos governantes não tenham margem de manobra para fazer asneiras. Aliás, a história passada tem revelado uma grande habilidade da política interna em *ampliar* as flutuações da actividade económica (em matéria orçamental, por exemplo, a postura pró-cíclica é já tradição de longa data, quase imperativo cultural!).

Já no que respeita à *duração* dos ciclos económicos, a margem de manobra parece ser menor. Eventualmente, se o objectivo da política fosse o de provocar um andamento divergente, algum resultado seria obtido. Mas também é certo que já experimentamos no passado erros de política económica suficientemente graves, sem que a sincronização cíclica tivesse sido afectada. Assim, desde que a política económica se mantenha dentro de determinados limites, não é de esperar que a Economia Portuguesa venha a registar no futuro uma evolução conjuntural muito diferente da registada na União Europeia.

E se assim for, então as notícias são boas: o que os dados sugerem é que, qualquer que seja a dimensão do actual aperto orçamental, se, como se espera, o resto da Europa entrar em recuperação este ano, então não há como não sair da presente crise.

Miguel Lebre de Freitas, Semanário Económico, 2/3/04

Ciclos Económicos em Portugal e na União Europeia, 1961-2005



Fonte: Cálculos efectuados com base em dados da Comissão Europeia. As curvas medem os desvios percentuais entre o PIB a preços constantes e o respectivo valor de tendência, obtido usando o filtro de Hodrick-Prescott.